

Exma. Senhora Dra.,

Junto envio nota relativa à admissão da presente iniciativa legislativa, para efeitos de despacho pela Sra. Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do RAR.

Forma da iniciativa	Proposta de Lei
N.º da iniciativa/LEG/sessão:	279/XII/4.ª
Proponente:	Governo
Assunto:	<i>Procede à vigésima segunda alteração ao Código de Processo Penal, atualizando a definição de terrorismo</i>
Audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas nos termos do artigo 142.º do Regimento, para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição:	Não parece justificar-se
Comissão em razão da matéria:	Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1.ª)
A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

Nota: A discussão na generalidade desta proposta de lei já se encontra agendada para a sessão plenária de **4 de março de 2015** (cf. Súmula n.º 96 da Conferência de Líderes de 18/02/2015).

A assessora parlamentar,

Sónia Milhano

DAPLEN
(Ext. 11822)